

---

## *O mutualismo de fechamento étnico no Rio Grande do Sul (1854-1940)*

*Adhemar Lourenço da Silva Júnior\**

---

**Resumo:** O artigo descreve sociedades de socorros mútuos com fechamento étnico no Rio Grande do Sul entre 1856 e 1940. A primeira seção incorpora informações estatísticas; a segunda focaliza as finalidades das mutuais; a terceira, nos relatórios anuais; e a quarta, nas relações com Estados.

**Palavras-chave:** sociedades de socorros mútuos, fechamento étnico, interesses materiais e espirituais.

**Abstract:** This article describes mutual benefit societies with ethnic closure in Rio Grande do Sul between 1854 and 1940. The first section focuses on statistical information; the second one, on the aims of the associations, as wrote in by-laws; the third one focuses on annual reports, and the fourth section, on the relations with States.

**Key words:** mutual benefit societies, ethnic closure, material and spiritual interests.

---

O estudo das associações voluntárias não é freqüente na historiografia rio-grandense, que não na forma de monografias focadas em uma entidade, cidade ou grupo social. Por meritórias que sejam as monografias, a pretensão de dar conta do singular e do específico se ressentem na indefinição daquilo que é genérico. Em que pese o caráter descritivo deste artigo, sua pretensão generalizante não deve ser tomada na forma de afirmações peremptórias sobre o mutualismo de fechamento étnico no Rio Grande do Sul, mas na forma de consolidação dos contrapontos necessários para a caracterização aprimorada do que é específico ou singular. Sociedades de socorros mútuos são associações adequadas para

---

\* Professor no Departamento de História e Antropologia da UFPel. Doutor em História pela PUCRS. *E-mail:* adhemarj.ez@terra.com.br

esse tipo de pretensão generalizante, porque atendem a estratégias privadas de manutenção ou ascensão social, combinando-as (ou não) com estratégias públicas de representação de interesses ou tentativas de autoqualificação como interlocutoras legítimas de grupos sociais ou o Estado. Seguem quatro seções: na primeira, apresentam-se os números gerais de distribuição das mutuais étnicas no Rio Grande do Sul no período em epígrafe; a seguir, estudam-se as finalidades, tais como expressas em estatutos; na terceira seção, estudam-se relatórios e balanços; e, por último, as relações com estados de origem e destino.

### Números gerais do mutualismo étnico

Podem-se definir as sociedades de socorros mútuos (ou mutuais), como “associações formadas voluntariamente com o objetivo de prover auxílio financeiro a seus membros em caso de necessidade” que, não raro, adotam restrições à associação, como assinala Marcel van der Linden (1996, p. 13-14; 27). Tais restrições podem incidir sobre sexo, idade, capacidade de poupança, religião e comportamento; a tipologia freqüentemente adotada pelas pesquisas focaliza a inserção em postos de trabalho e/ou grupos étnicos. A formalização desses dois principais critérios de fechamento das mutuais poderia ser obtida por meio da resposta sucessiva a quatro questões:

- O grupo preferentemente associado tem homogeneidade com relação à sua posição no mercado de trabalho?
- Em caso afirmativo, como se orienta essa preferência?
- O grupo preferentemente associado tem homogeneidade étnica?
- Em caso afirmativo, como se orienta essa preferência?

É fácil perceber que a primeira e a terceira questões são as principais e, decorrentes das respostas, haveria quatro categorias para classificação das sociedades de socorros mútuos, distribuídas conforme o quadro 1, onde está assinalado, entre parênteses, o número absoluto de casos encontrados para um total de 406 entidades:

Homogeneidade étnica	Homogeneidade no mercado de trabalho	
	Afirmativo	Negativo
Afirmativo	Mutuais etno-classistas (23)	Mutuais étnicas (127)
Negativo	Mutuais classistas (213)	Mutuais abertas ou indefinidas (43)

**Quadro 1:** Distribuição das mutuais segundo critérios de fechamento (Rio Grande do Sul, 1854-1940)

*Fonte:* Elaboração própria.

Há vários problemas no quadro 1, a começar por procedimentos que tenderiam a violar o bom-senso da discussão sobre etnicidade, mas não aquilo que é expresso pelas próprias fontes. Apenas como exemplo, a Sociedade Auxiliadora da Picada Dois Irmãos, fundada em localidade predominantemente composta de elementos teutos e em cuja ata de fundação constam 43 assinaturas (as legíveis com nomes teutos), foi assinalada como uma mutual aberta ou indefinida, porque seus estatutos nada mencionavam de fechamento e foram apresentados em português. No mesmo grupo de mutuais abertas, não foram encontrados estatutos de outras sete entidades possivelmente semelhantes em zona de imigração, nos municípios de São Leopoldo, Lajeado, Erechim, Farroupilha e Bento Gonçalves.

O fechamento étnico, como foi observado, pode combinar-se ou não com fechamentos orientados à inserção nos postos de trabalho. Dessa forma, o quadro 2 especifica a tipificação interna das mutuais que apresentam esse tipo de fechamento.

	Étnicas	Etno-classistas	Total
Italianos	66	5	71
Alemães	15	5	20
Negros	7	7	14
Portugueses	9		9
Poloneses	6	1	7
Espanhóis	6		6
Judeus	4		4
Sírio-Libaneses	4		4
Uruguaios	4		4
Brasileiros		3	3
Franceses	3		3
Russos	1	1	2
Suecos		1	1
Austríacos	1		1
Suiços	1		1
<b>Total</b>	<b>127</b>	<b>23</b>	<b>150</b>

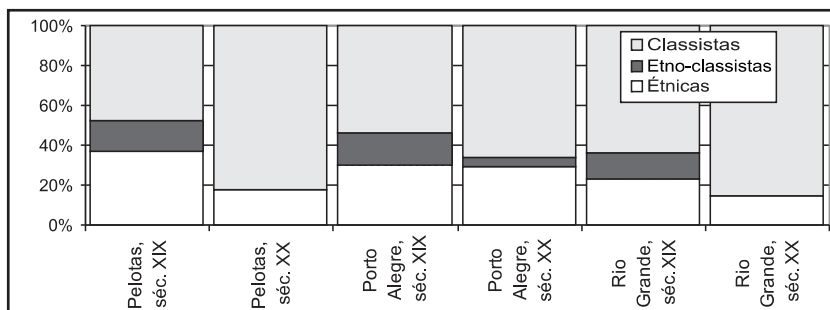
**Quadro 2:** Especificação das mutuais étnicas e etno-classistas no Rio Grande do Sul (1854-1940)

*Fonte:* Elaboração própria.

O mutualismo étnico no Rio Grande do Sul é relevante também no contraste com a bibliografia internacional acerca de um tópico em especial: o peso da urbanização na constituição de associações voluntárias. Mesmo para mutuais, existe abundante bibliografia internacional, que vincula urbanização a mutualismo (LUCA, 1990, p. 17ss; LINDEN, 1996, p. 151-504), mas outros estudos tendem a matizar a relação entre ambos os fenômenos. (SCHVARTS; BROWN, 1998; BEITO, 2000, p. 8). Há diversos exemplos no Rio Grande do Sul que desvinculam um e outro, como aconteceu com a Sociedade Camilo Cavour, na Linha Santa Eulália, fundada por 31 membros em 1888, quando, cinco anos antes, a população da localidade se resumia a 83 adultos e 69 homens. Já a Sociedade Auxiliadora da Picada Dois Irmãos, cujo requerimento pedindo autorização para funcionar em 1862 contava com 43 assinaturas (algumas identificadas como pertencendo a “lavradores”), se criou em uma freguesia que, dez anos depois, contava com 690 fogos em 1872 e

83,77% de sua população incluía 1.413 “lavradores”, 697 envolvidos com “serviço doméstico” e 1.184 “sem profissão”. Outra entidade composta pela “popolazione rurale” seria a *Fratelanza Italia*, criada na Colônia Barão do Triunfo, em 1892. (CINQUANTENARIO..., 1925, p. 381; 392-393; DE BONI, 1985, p. 41; Requerimentos – Diversos – 1862, Maço 99 – AHRS; RECENSEAMENTO do Brasil de 1872). Quando, hoje em dia, o município de Dom Feliciano conta com uma população urbana de 2.857 habitantes e uma média de 0,44 banheiros por domicílio, é improvável assumir que a mutual de poloneses ali fundada em 1900, quando ainda não se emancipara de Encruzilhada do Sul, resultasse do processo de urbanização. (FEE, 2004; Relação de dados de qualidade de vida dos municípios do RS, 2004).

Por relevante que possa ser, o mutualismo em zonas rurais ainda não ensejou pesquisas suficientes para caracterizá-lo, por exemplo, como tipicamente decorrente de imigração. Nas zonas urbanas, ao contrário, a oferta de socorros materiais por mutuais com vários tipos de fechamento permite colocar indagações sobre a forma como variam esses fechamentos. Para precisar melhor a questão: como se comporta a preferência por fechamentos ao longo do tempo? Para respondê-la serão analisados casos das maiores cidades que concentraram, ao longo de quase todo o período de análise, mais da metade das entidades do Rio Grande do Sul. Assume-se que a distribuição das preferências dos fundadores por certo tipo de fechamento não varia, de forma que as variações empiricamente constatadas devem ser tomadas como significativas. Nos municípios de Pelotas, Porto Alegre e Rio Grande, o total de fundações de mutuais étnicas, classistas e etno-classistas foi maior no século XIX do que no século XX, mas a distribuição das preferências de fechamento das entidades sofre visível distorção em benefício das classistas, conforme mostra o gráfico 1:



**Gráfico 1:** Distribuição das preferências de fechamento das mutuais em Pelotas, Porto Alegre e Rio Grande (1854-1940)

*Fonte:* elaboração própria.

A preferência de fundação de mutuais classistas no século XX é consoante o processo de industrialização, quando ele acarreta concentração de uma população com capacidade de poupança. E, se tomada idealmente a preferência como constante, é necessário afirmar que os mutualizados preferiram fundar entidades com fechamento orientado ao mercado de trabalho no século XX. Mas é patente, também, como se verifica no gráfico 1, que a preferência que mais sofreu com o interesse pela constituição de mutuais classistas foi a que combinava os dois critérios de fechamento, a ponto de não existirem em Pelotas e Rio Grande mutuais etno-classistas fundadas no século XX. Em Porto Alegre ainda chegaram a ser fundadas mutuais desse tipo no século XX, ao passo que, diferentemente dos outros dois municípios, os fundadores da Capital mantiveram, no século XX, uma preferência estável pelas mutuais étnicas. O tipo de gráfico adotado não revela, mas seus dados de origem sim, uma outra diferença entre Porto Alegre e os outros municípios: a Capital foi a única das três cidades que teve mais mutuais desses tipos fundadas no século XX. Os números permitem, então, afirmar que a preferência pela fundação de mutuais classistas cresce ao longo do tempo, possivelmente um crescimento decorrente da urbanização, industrialização, da “identidade” de classe, etc.

Contudo, os números do inventário também permitem uma interpretação diferente, mais clara depois de verificados os resultados contidos na tabela 1.

**Tabela 1** – Tempo médio de funcionamento (em anos) de diferentes subgrupos de mutuais em Pelotas, Porto Alegre e Rio Grande (1854-1940)

Espaço	Período de fundação	Classistas	Étnicas	Etno-classistas	Média geral
Pelotas	Séc. XIX	16,6	29,4	30,3	23,4
Pelotas	Séc. XX	8,4	12,3	–	9,1
Pelotas	Total	12,4	25,6	30,3	18,0
Porto Alegre	Séc. XIX	11,2	55,7	50,0	31,0
Porto Alegre	Séc. XX	12,9	16,6	4,0	13,5
Porto Alegre	Total	14,1	36,9	39,8	22,1
Rio Grande	Séc. XIX	22,3	50,6	0,7	25,8
Rio Grande	Séc. XX	6,6	7,3	–	6,7
Rio Grande	Total	13,7	34,4	0,7	16,7
Total dos 3 mun.	Séc. XIX	15,8	43,4	33,4	27,1
Total dos 3 mun.	Séc. XX	10,0	14,2	4,0	10,8
Total dos 3 mun.	Total	12,2	32,5	30,1	19,9

*Fonte:* Elaboração própria.

Esses números são diferentes porque não levam em conta apenas as preferências de fundadores de mutuais, mas também as preferências daqueles que a elas se associam, de forma que permite inferir as decisões tomadas por aqueles que viriam a integrar esse tipo de entidade ao avaliarem o mercado previdenciário em cada cidade. É flagrante a diferença nessas preferências. Se, de um modo geral, houve menos fundações no século XX do que no século XIX, isso não ocorre necessariamente porque as pessoas deixaram de se associar a mutuais, mas, talvez, porque as mutuais existentes supriam a demanda. Considerando que a média geral de tempo de funcionamento das mutuais nos três municípios é de 19,9 anos, pode-se indagar: que grupos têm médias de funcionamento superiores, por exemplo, a 15 anos? A tabela 1 revela que as mutuais classistas de Pelotas e Rio Grande (fundadas no século XIX) têm; as mutuais étnicas de Pelotas, Porto Alegre e Rio Grande (fundadas no século XIX) também têm, além das étnicas fundadas no século XX em Porto Alegre; e que as etno-classistas fundadas no século XIX em Pelotas e Porto Alegre também atingem esse valor. Não é preciso muito esforço para verificar que, de modo geral, as entidades do século XIX são mais longevas que as do século XX. A tabela também revela que

as mutuals étnicas sempre são mais longevas que as classistas, ao passo que o único subgrupo em que as mutuals do século XX são mais longevas que as do século XIX é o das mutuals classistas em Porto Alegre. Essa última comparação é importante porque o gráfico 1 poderia levar a ensejar a percepção de que a Capital manteria certa inércia na fundação de mutuals étnicas no século XX, quando as outras cidades aprofundaram a construção da identidade de classe por meio de mutuals em detrimento da preferência pelos outros fechamentos. Ora, se um subgrupo de entidades tem maior persistência, isso significa, pelo menos, uma de duas coisas: ou as mutuals do subgrupo têm maior eficiência na implementação de estratégias privadas, gerando maior confiança naqueles que pretendem se associar; ou o processo de produção e reprodução de discursos integrantes da “identidade” dos grupos sociais é mais eficiente, de forma que, em quaisquer das duas alternativas, a mutual segue em condições de manter seu quadro de sócios e crescer com novos. A tabela 1 ainda ratifica a percepção de que as mutuals etno-classistas são típicas do século XIX nos grandes municípios do Rio Grande do Sul (ao contrário de São Paulo, onde só aparecem no século XX, como se pode ver em Luca, (1990), embora, de modo geral, a média de anos de funcionamento seja elevada, o que indicaria sua persistência, mesmo no século XX. Mesmo focalizando Porto Alegre, a única das cidades onde se criaram três mutuals etno-classistas no século XX, a média de tempo de funcionamento dessas novas entidades indicaria sua ineficiência.

### Socorros e objetivos

Os 83 estatutos localizados, pertencentes a 65 entidades, são dispostos segundo seus critérios de fechamento na tabela 2, na qual consta a percentagem de entidades de cada tipo cobertas pela pesquisa nos estatutos.



**Tabela 2** – Percentagem relativa de entidades com estatutos localizados, segundo o fechamento (Rio Grande do Sul, 1854-1942)

<b>Entidades com estatutos</b>	<b>Ent. inventariadas</b>	<b>%</b>	<b>relativa</b>
Abertas	8	43	18,6
Classistas	33	213	15,49
Étnicas	14	127	11,02
Etno-classistas	10	23	43,48
Subtotal: classistas+etno-classistas	43	236	18,22
Subtotal: étnicas+etno-classistas	24	150	16,00
<b>Total</b>	<b>65</b>	<b>406</b>	<b>16,01</b>

*Fonte:* Elaboração própria.

A tabela 2 explicita um dos motivos da decisão de incorporar entidades etno-classistas ao grupo das étnicas para efeito de comparação com as demais. Pelo fato de haver encontrado estatutos de cerca de 16% das entidades inventariadas, quando essas entidades são dispostas segundo seu fechamento, a percentagem relativa torna-se o suficiente desigual para dificultar afirmações mais seguras em qualquer tipo de generalização. Um dos elementos que concorre para tanto é a alta proporção de estatutos encontrados de mutuais etno-classistas. Ao incorporá-las ao grupo das entidades étnicas, obtém-se uma proporção que torna mais confortável o contraponto entre os dois tipos de entidade, as étnicas e as classistas.

A tabela 3 considera os valores requeridos para a associação às entidades. Foram aplicados valores médios nominais de jóia e mensalidade, sem aplicar deflatores, o que pode prejudicar a correta percepção das variações ao longo do período, mas não as comparações no interior de cada subperíodo.

**Tabela 3** – Valores médios de associação a mutuais, segundo o fechamento, em réis (Rio Grande do Sul, 1861-1942)

Período	Classistas		Étnicas*		Geral**	
	Jóia	Mensalidade	Jóia	Mensalidade	Jóia	Mensalidade
1861-1880	13\$000	1\$625	10\$700	1\$100	10\$733	1\$172
1881-1900	9\$167	1\$756	11\$125	1\$200	10\$472	1\$438
1901-1920	21\$000	2\$125	30\$833	5\$833	22\$667	3\$194
1921-1942	31\$250	4\$750	94\$000	5\$750	51\$067	5\$771

*Fonte:* Elaboração própria.

\* Inclui étnicas e etno-classistas. \*\* Inclui todos os estatutos do período.

Não há como negar que os tipos de mutual têm variações desiguais nos preços de associação, sobretudo nas mutuais étnicas, cujos valores nominais de jóia se elevam quase oito vezes entre 1861 e 1940, enquanto essa elevação na média geral não chega a quatro vezes. A comparação dos valores entre mutuais étnicas e classistas ao longo do tempo revela que as primeiras vão se tornando cada vez mais caras. É provável que esse não seja um fenômeno específico do Rio Grande do Sul, quando se constata que também no Rio de Janeiro a Sociedade Portuguesa de Beneficência eleva os valores de associação quando inaugura seu hospital em 1859: antes desse momento, a entidade “cobrava uma jóia de valor semelhante ao das outras entidades”. (Conjunto Universitário Cândido Mendes, 1980, p. 284). Como os estatutos das homônimas do Rio Grande do Sul aparecem em todos os períodos, isso fez com que se elevassem os valores das mutuais étnicas, e, por isso, cabe perguntar: os valores altos estão melhor associados a mutuais étnicas ou a mutuais com hospitais? A resposta poderia ser obtida pela eliminação das Sociedades Portuguesas de Beneficência dos cálculos, quando se obtém, para jóias, os seguintes valores em cada período sucessivo: 8\$143, 7\$056, 21\$667 e 8\$000. É visível que, com exceção do período entre 1901 e 1920, sempre os valores da jóia das mutuais étnicas é inferior ao das mutuais classistas. É, mesmo nesse período (entre 1901 e 1920), o valor mais elevado das étnicas talvez tenha ocorrido não em razão de uma tendência desse tipo de mutual, mas de um problema interno da mutual italiana em Pelotas, cujo estatuto de setembro de 1902 indicava altos valores que o estatuto de fevereiro de 1903 revisava.<sup>1</sup>

Padronizaram-se no quadro 3 as finalidades de mutuais étnicas, distinguindo-as entre os socorros, propriamente ditos (concernentes aos interesses materiais dos associados) e os objetivos (concernentes aos interesses

Estatutos considerados (%)	Séc. XIX	Séc. XX
	19	8
Assistência médica e farmácia a sócios	89,47	75,00
Assistência médica e farmácia a familiar	10,53	12,50
Diária por doença	68,42	50,00
Manter hospital, clínica, enfermaria	26,32	12,50
Enterro e/ou sufrágio para sócio	89,47	62,50
Enterro e/ou sufrágio para familiar	10,53	12,50
Pensão por morte	42,11	0,00
Pensão por pobreza ou invalidez	47,37	0,00
Pecúlio por morte	5,26	25,00
Empréstimo	0,00	0,00
Auxílio em mudança ou viagem/repatriação	26,32	25,00
Procurar emprego, trabalho	31,58	25,00
Assistência jurídica	31,58	25,00
Diária por prisão	36,84	0,00
Manter escola ou aulas para sócio	21,05	25,00
Manter escola ou aulas para familiar	31,58	12,50
Manter biblioteca	10,53	25,00
Construir oficina	5,26	12,50
Construir asilo	10,53	25,00
Média de socorros por entidade (máximo: 19)	5,9	4,3
Manter lazer	21,05	50,00
União e solidariedade	15,79	0,00
Defender interesses	0,00	0,00
Valorizar pátria ou cultura	26,32	62,50
Desenvolver profissão	0,00	0,00
Lutar por leis (contra ou a favor)	5,26	0,00
Posição contrária à escravidão	5,26	0,00
Fomentar moralidade, honestidade	36,84	37,50
Média de objetivos por entidade (máximo: 8)	1,1	1,5
Média de objetivos por entidade, incluindo relacionados a educação e enterro (máximo: 13)	2,7	2,9
Média de anos de funcionamento	55,6	60,3

**Quadro 3:** Finalidades de mutuais étnicas e etno-classistas no Rio Grande do Sul, por século (1861-1942)

*Fonte:* Elaboração própria.

espirituais). Observe-se que os 27 estatutos localizados de mutuais étnicas e etno-classistas pertencem às 24 entidades incorporadas à tabela 2.

Em que pese o baixo volume de documentação encontrada e a padronização necessária dos estatutos para a elaboração do quadro 3, são visíveis diferenças na documentação dos séculos XIX e XX que, inclusive, violariam a expectativa de que mutuais étnicas priorizariam as finalidades relacionadas à reprodução social (sobretudo os afeitos à afetividade, família, educação e cultura). O caso mais visível de violação dessa expectativa relaciona-se com assistência em caso de morte. Se a busca de confiança ou fidelidade da família é um valor previsto entre mutuais étnicas (por conceberem etnicidade como efeito da biologia), seria também previsível que, ao longo do tempo, essas entidades agissem da seguinte forma frente à morte: a) mantivessem o enterro de sócio; b) mantivessem ou diminuíssem pouco (atendendo ao padrão geral) o enterro para familiar; e c) mantivessem, se possível, a pensão por morte de associado. Esse último procedimento significaria manter atividades de vigilância sobre a moralidade dos pensionados, tal como amiúde os estatutos definiam. Pois as mutuais étnicas não fazem, no século XX, nenhuma dessas coisas: elas diminuem o valor para enterro de sócios, aumentam o valor para enterro de familiares e extinguem a pensão por morte. Por outro lado, é patente que, embora a média de socorros tenha decrescido, e o de objetivos subido entre um século e outro, não há elementos suficientes para caracterizar as mutuais étnicas como especialmente interessadas no fomento dos interesses espirituais do grupo social, uma vez que são números muito baixos naquelas finalidades que estariam mais vinculadas à conformação da *identidade* dos grupos sociais (seja qual for o sentido atribuído ao termo).

Não obstante, há elementos que permitem afirmar o desejo estatutário de fomentar interesses espirituais: a comparação com outros universos empíricos. Isso pôde ser verificado numa tentativa de combinar padronização aqui adotada com outra utilizada no estudo das mutuais de São Paulo, como se vê no quadro 4.

Universo empírico	SP	RS – Séc. XIX	RS – séc. XX
Defender direitos com o Poder Público	0	–	–
Lutar por leis (contra ou a favor)	–	5,26	–
Defender direitos junto a empresas	0	–	–
Zelar pela União e pelos interesses dos sócios	1,4	–	–
Defender interesses	–	0	–
União e solidariedade	15,79	–	–
Valorizar Pátria/ cultivar sentimento pátrio	18,3	26,32	62,50
Assistência jurídica	9,9	31,58	25,00

**Quadro 4:** Algumas finalidades de mutuais em São Paulo (SP) e Rio Grande do Sul (RS) (1854-1942)

*Fonte:* Luca (1990) e elaboração própria.

A escolha dessas finalidades orientou-se pelo desejo de verificar a propensão das mutuais no Rio Grande do Sul a implementarem estratégias públicas. As duas últimas finalidades (constantes no quadro 4) foram coincidentemente padronizadas nos dois universos empíricos. Embora pareçam finalidades diferentes, ambas poderiam ser relacionadas à idéia de *virtude cívica*, que envolve a confiança no Estado e em seus mecanismos de resolução de conflitos em meio a uma comunidade política. (PUTNAM, 1996; TOCQUEVILLE, 2000; HOFFMANN, 2003, p. 274). Se a interpretação é válida, indicando uma maior virtude cívica no Rio Grande do Sul do que em São Paulo, é possível incorporar a comparação entre “defesa de interesses junto ao Poder Público” e a luta por leis, atendendo aos dois tipos de padronização. Se são, de fato, comparáveis, é flagrante que a frequência de sua ocorrência também é superior no Rio Grande do Sul. A diferença é acentuada pela observação de Luca (1990, p. 98) com respeito a essa finalidade, concentrada, entre as mutuais de categorias profissionais de São Paulo, naquelas fundadas depois de 1931, sendo raras referências ao período anterior, enquanto no Rio Grande do Sul já existiriam no século XIX. As demais finalidades seriam as mais próximas das necessárias para a implementação de estratégias públicas, uma vez que essas foram definidas por Linden e Lucassen (1999) como sendo a ação de um agente coletivo interessado na promoção de certos interesses relacionados a terceiros. Interessar-se pela “união e solidariedade” seria um requisito para a constituição de um agente coletivo capaz de “defender interesses” e é na padronização dessas finalidades que a comparação entre Rio Grande do Sul e São

Paulo mais se ressentir. Embora as mutuais étnicas no Rio Grande do Sul tendam a declarar mais frequentemente a “união e solidariedade”, a defesa de interesses não aparece em nenhum dos dois universos empíricos. Apesar disso, ainda é possível admitir, por meio dos outros índices, que as mutuais no Rio Grande do Sul teriam uma propensão maior do que aquelas em São Paulo para a implementação de estratégias públicas.

### Relatórios e balanços

Enunciar promessas difere de cumpri-las, e aquilo que é prometido em estatutos pode não ter efeitos. Esta seção trata de comparar os números encontrados de mutuais étnicas e etno-classistas que se relacionam com o atendimento a interesses materiais e espirituais, comparando-os, também, com os dos demais tipos de fechamento de associações. O quadro 5 exhibe o universo coberto pelos 203 balanços de 75 entidades entre os anos de 1884 e 1936 e, por meio dele, se torna claro que há maior credibilidade nas afirmações que se farão sobre mutuais étnicas e etno-classistas.

Tipos	Total	(entidades)	Século XIX	Século XX
Abertas	13	8	2	11
Étnicas (e etno-classistas)	126	38	30	96
Classistas	64	29	3	61
<b>Total</b>	<b>203</b>	<b>75</b>	<b>35</b>	<b>168</b>

Quadro 5: Balanços de mutuais no Rio Grande do Sul (1884/1936)

Fonte: Elaboração própria.

Considerada a origem diversa das informações disponíveis – a maior parte proveio de fontes estatísticas oficiais; outras, de relatórios anuais das mutuais e ainda houve as que foram publicadas como resenha histórica das finanças de mutuais –, nem todos os quadros a seguir incorporam todos os 203 registros. Não obstante, a maior parte desses registros se compõe de quatro partes: a que exhibe o número de sócios em diferentes categorias; a que traz a composição e os valores de receita; a que mostra a composição e os valores de despesa; e a que revela a composição e os valores do ativo. Considerados os 50 anos cobertos pelos balanços, é

preferível não trabalhar com valores nominais, tão-somente com a composição (percentagens internas) em cada parte. Por outro lado, embora os estatísticos oficiais na década de 20 requisitassem o número de sócios socorridos, nem sempre esse dado era revelado pelas entidades, talvez porque não fosse mesmo compilado. Dois relatórios evidenciam os limites da adequação às estatísticas oficiais: o da Portuguesa de Beneficência de Rio Grande, em 1895, pouco depois de calcular o número de sócios, levando em conta os provindos do ano anterior, os novos e os falecidos, assinalava que, “como sabeis, é difícilimo computar o número exato [...], particularmente dos remidos”. (p. 5); já o da Beneficência Porto-Alegrense, em 1899, especifica o número de consultas por médico, quantos sócios foram atendidos e quantos não-sócios (filhos), mas o número total de consultas, tal como especificado em um quadro, é diferente daquele que incorpora o total de sócios atendidos (p. 6-29).

A tabela 4 exhibe a percentagem das receitas composta pelas contribuições regulares dos associados, que incluem mensalidades, jóias e diplomas.

**Tabela 4** – Média das percentagens das contribuições sobre a receita total nas mutuais do Rio Grande do Sul (1884/1936)

<b>Tipos</b>	<b>Séc. XIX</b>	<b>Registros</b>	<b>Séc. XIX</b>	<b>Registros</b>	<b>Séc. XIX e XX</b>	<b>Registros impróprios</b>
Abertas	100,00	2	70,71	10	75,59	10
Etnicas	78,92	30	41,40	87	51,02	87
Classistas	90,49	3	70,56	50	71,69	50
Total	81,12	35	53,31	147	58,66	147

*Fonte:* Elaboração própria.

Para que serve o estudo da composição das receitas? Pode-se generalizar as outras rubricas possíveis dessa composição como sendo a das doações e legados (inclusive subvenções) e a das rendas patrimoniais. Enquanto a primeira é eventual, é previsível que a segunda tenda a ser mais freqüente quanto maior for o tempo de funcionamento da mutual, pois existe a chance de adquirir o patrimônio que gerará renda. Essa inferência já pode ser feita (e os dados de origem o confirmam) a partir da tabela 4, quando se verifica, para todos os tipos de mutuais, o decréscimo do peso das contribuições voluntárias na composição da receita, em comparação entre os séculos XIX e XX. De certo modo, o

lamento do presidente da Sociedade Portuguesa de Beneficência (em Rio Grande) acerca da incapacidade de calcular o número de sócios não deve ser interpretado de forma unívoca: o número de remissões auxilia na composição de uma receita proveniente de renda patrimonial, e é por isso que, com exceção das mutuais cujo principal socorro é o pecúlio, existe um esforço para estimular remissões e rapidamente adquirir bens. Não obstante, é flagrante que as mutuais étnicas têm maiores possibilidades de auferir receita de outra forma que não com contribuições regulares. É provável que isso se relacione com sua composição social mais ampla, que integra os *ricos* como associados efetivos, que obtêm, com seus donativos, destaque na entidade da qual fazem parte. A eficiência das mutuais étnicas aparece na forma do perfil da composição da receita: não só as contribuições regulares têm menos peso, como se pode verificar que, das 38 mutuais étnicas e etno-classistas agora estudadas, 18 receberam, em algum momento, donativos e legados, ao passo que, dentre as 29 mutuais classistas, apenas 7 os receberam.

A tabela 5 trata especificamente dos socorros, indicando o custo do atendimento aos interesses materiais dos associados.

**Tabela 5** – Média das percentagens dos socorros sobre a despesa total nas mutuais do Rio Grande do Sul (1884/1936)

Tipos	Séc. XIX	Registros	Séc. XIX	Registros	Séc. XIX e XX	Registros impróprios
Abertas	48,52	2	60,50	8	58,10	3
Etnicas	73,55	29	65,73	86	68,13	11
Classistas	26,13	2	75,92	49	73,96	13
Total	69,16	33	68,93	143	69,25	27

*Fonte:* elaboração própria.

O estudo dos números dessa tabela 5 é dos que mais se ressentem da carência de fontes, uma vez que, para o século XIX, há poucos registros de mutuais classistas e abertas. Se é possível ignorar os números do século XIX, cabe assinalar que as sociedades de socorros mútuos, aqui estudadas, são, realmente, sociedades de socorros mútuos, porque a média de gasto com assistência é cerca de dois terços das despesas. É verdade que há números improváveis de entidades que dizem gastar tudo em socorros, mas isso acontece, tanto em entidades étnicas quanto em classistas. O



mais interessante dos números do século XX é que, ao contrário do que seria previsível exclusivamente a partir da tabela 4, as mutuais étnicas comprometem menor parte de sua despesa com socorros. Esse fenômeno é interessante porque aquilo que não é gasto com socorros, ou é dirigido para as despesas administrativas propriamente ditas (aluguéis, cobradores, impostos, etc.), ou é dirigido ao pagamento de custos de benefícios espirituais, como festas, solenidades, etc. Raras são as fontes que permitem decompor o custo administrativo, mas é patente que a diferença entre mutuais étnicas e classistas no custo dos socorros é desprezível, se forem tomados os séculos XIX e XX em conjunto. Mais do que isso: o custo de administração das mutuais abertas é superior ao dos outros dois grupos, o que indica que o fechamento pode restringir o número de sócios, mas isso tende a baixar custos, provavelmente devido ao estímulo à sociabilidade e ao conseqüente controle de fraudes (tal como sugerido por Siddeley (1992). Esse tipo de controle não deve ser necessariamente interpretado como perverso, e um exemplo proveniente da Beneficência Porto-Alegrense pode ser útil para avaliar a baixa dos custos de administração. Um sócio requereu assistência de outro médico, que não o conveniado, para uma cirurgia, mas na assembléia de 9 de maio de 1872, onde isso seria deliberado, outros membros declararam que José Leandro “se achava dia 5 na Igreja, e que, uma vez que ele saía à rua, devia ele mesmo ir procurar esse médico e depois participar à diretoria a conferência havida e a despesa que a sociedade podia fazer”. (LIVRO de atas das sessões da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense, 1867-1873, fl. 114).

É verdade que existem, nos balanços consultados, entidades que praticamente nada gastam com socorros, mas o trabalho de construção das médias aqui trazidas pode ser eficiente para comparações com uma única entidade ou com outros universos empíricos. A necessária desconfiança que pôde pairar sobre o quanto a promessa de socorros existente em estatutos se realiza pode ser melhor avaliada pelo estudo de seus custos, ou da diferença entre os custos de socorros e os custos de administração. Isso é relevante quando se constata que os custos de administração (ou de “identidade”) no Rio Grande do Sul são relativamente baixos, porque seriam semelhantes ou até inferiores aos do mutualismo na Itália que, entre 1886 e 1904, oscilariam entre 30% e 59,6%. A despeito de parecerem elevados, tais índices são referidos

como caracterizando a “bassa incidenza delle spese amministrative e di funzionamento”. (TOMASSINI; PROCACCI et al., 2001, p. 64).

O custo efetivo dos socorros permite matizar afirmações sobre as sociedades de socorros mútuos étnicas como locais privilegiados de satisfação de interesses espirituais, como pretende o livro comemorativo ao Centenário da Imigração Alemã no Rio Grande do Sul, ao incluí-las entre as demais associações: dentre os números encontrados, a mutual alemã de Santa Cruz do Sul gastaria tudo com socorros em 1920 e 1921, ao passo que o *Hilfsverein*, de Porto Alegre, gastaria 74,36% com essa rubrica em 1926 (CEM Anos de Germanidade..., 1999, p. 301). É claro que se deve ter cuidado com esse tipo de afirmação, porque o custo da satisfação do interesse espiritual pode ser muito inferior ao da administração ou dos socorros, não só por efeito da decisão dos grupos dirigentes das entidades, mas pelos preços de certos serviços no mercado. O balanço da Beneficência Porto-Alegrense, em 1899, por exemplo, assinalou gastos de 2:871\$000 com tratamento de associados na Santa Casa, 1:480\$000 com salários de empregados e 100\$000 no pagamento de “música para missa e eleição em 25 de março de 1898” (p. 25-31).

Uma última tabela a 6, é necessária para completar este breve estudo dos relatórios e balanços. Nela é identificado o ativo imobilizado pelas entidades.

Tabela 6 – Média das percentagens do ativo imobilizado sobre o total do ativo nas mutuais do Rio Grande do Sul (1884-1936)

Tipos	Séc. XIX	Registros	Séc. XIX	Registros	Séc. XIX e XX	Registros impróprios
Abertas	0,00	2	41,13	10	34,28	1
Etnicas	20,25	14	63,63	75	56,80	37
Classistas	39,46	2	26,17	45	26,73	17
Total	20,14	18	48,93	130	45,43	55

Fonte: Elaboração própria.

Na elaboração desta tabela 6, talvez excessivas liberdades tenham sido tomadas: como “ativo imobilizado” foram excluídos dinheiro em caixa e em bancos, móveis e papéis de qualquer natureza, mesmo aqueles, eventualmente, sem liquidez imediata, como ações ou apólices. Em suma, ficaram apenas os valores de prédios. Tal como na tabela anterior, os

números do século XIX são insuficientes para comparações, devido à carência de mais registros de mutuais abertas e classistas. Não obstante, é claríssimo que o imobilizado nas mutuais étnicas é muito superior ao dos demais tipos de entidade. Em que pese o fato de a avaliação do imobilizado pode ser superior ao mercado, considerada a tarefa de propaganda da saúde financeira da mutual e a raridade com que se encontram depreciações, não há dúvida de que, por padrão, as mutuais étnicas investem em imóveis. De posse dessa informação, é possível matizar uma avaliação acerca do caráter da imigração italiana em Bagé (FLORES, 1992), compondo os setores médios urbanos. Não há reparos à argumentação do texto, mas a tabela 6 permite matizar a “realidade um pouco mais complexa” decorrente desses setores médios imigrantes, porque, não só nessa cidade, como também em Livramento e Itaqui, as mutuais italianas têm mais de 90% de seu ativo imobilizado, exibindo uma concepção de riqueza que não seria muito diferente daquela exibida pelas elites latifundiárias da zona da Campanha Rio-Grandense.

Qual é o significado de um imóvel? A questão é relevante para saber se a aquisição de uma propriedade atende mais ao interesse material ou ao espiritual. A resposta, ou não pode ser generalizada, ou pode, desde que seja invocada a combinação dos dois tipos de interesse. Algumas propriedades atendem, sim, ao interesse material, quando podem gerar renda de aluguéis, como acontecia com várias das associações. Mas há poucas dúvidas de que o interesse pela propriedade imobiliária se orienta, sobretudo, pelo desejo de demarcar um espaço onde se pode desenvolver a sociabilidade segundo regras adotadas pela associação. Isso parece ser, realmente, mais importante, quando se verificam os problemas decorrentes do aluguel ou cedência de sedes para pessoas de fora da associação. A Vittorio Emanuele II, em Porto Alegre, alugava sua sede para bailes da Aliança Operária (na verdade, deve ser a Aliança dos Operários), em 1914, e havia dois membros da diretoria com posições opostas sobre o aluguel, algo que chegou à disputa eleitoral na entidade. Pedro Mattioli não queria que a sede fosse alugada para a aliança, mas Carmine Grimaldi, “reconhecendo por intermédio de investigação que na sua qualidade de presidente [da mutual] mandara fazer, verificou se tratar de gente honesta que em suas diversões em nada diferiam dos homens de cor branca” (Processo-crime (Júri). Porto Alegre, 1915, fl. 16).

É patente que a atribuição de sentido aos espaços das sedes próprias repercute não apenas entre os associados à mutual, uma vez que outras associações e grupos podem negociar o uso do espaço e, de qualquer maneira, os símbolos dispostos no exterior dos prédios pretendem fazê-lo reconhecido pelos habitantes da localidade ou imediações dessa sede. Dependendo do caráter, do fechamento ou da trajetória da mutual, esses bens imóveis assumem como função a promoção de uma sociabilidade mais ampla do que a restrita aos sócios. Não é outra a natureza de diversos relatos sobre o uso dos bens das mutuais: uma mutual de Guaporé chegou a construir uma sede que também teria funções de teatro, mas ela já estava abandonada em 1916, quando a Intendência Municipal legou-a a uma nova sociedade de socorros mútuos; na sede da União Operária em Palmeira das Missões, da homônima em Vacaria, e da Vittorio Emanuele II, em Caxias, funcionaram cinemas. (THOMÉ, [1967?], p. 54; SOARES, 1974, p. 307-308; OLIVEIRA, 1996, p. 152; ADAMI, 1950, p. 44; ADAMI, 1957, p. 35). E o sentido do bem imóvel amiúde cobre de orgulho seus proprietários coletivos, como deixa entrever o esforço de construção da sede da Sociedad Española, em Porto Alegre. (VARGAS, 1979, p. 77-102).

É fácil constatar que uma das representações mais comuns das sociedades de socorros mútuos seja suas sedes, como se elas condensassem os sentidos de uma mutual. (CINQUANTENARIO..., 1925; CAMOZATO, 1922). De certo modo, condensam, sim, por normalmente resultarem de um esforço coletivo de poupança, empreendido por muitos anos; esse resultado não é um tesouro, mas um instrumento que realimenta a sociabilidade, inclusive, por permitir atividades de lazer, tal como ocorre com os times de bocha na mutual italiana, de Santa Maria e com as canchas de bolão na União Operária de Tupanciretã e no *Bürgerklub*, de Porto Alegre. (BELÉM, 1933; ORNELLAS, 1996, p. 238 (CEM Anos de Germanidade..., 1999, p. 318). Tantos são os exemplos de bibliotecas, festas, missas, bandas, grupos teatrais, monumentos, que se torna difícil precisar os limites orçamentários da satisfação dos interesses espirituais. Há motivos para crer que, quanto menor for a localidade onde se encontra, maior será a probabilidade da mutual se converter em espaço importante de sociabilidade que transcende critérios de fechamento, tal como também ocorria na Irlanda. (LINDEN, 1996, p. 71).

## Os Estados de origem e destino

As mutuais de imigrantes mantêm uma relação ambígua com os Estados de origem e de destino, mas o Estado brasileiro, freqüentemente, negou qualquer pretensão de extraterritorialidade. Um grupo de brasileiros em Lisboa teria criado uma Sociedade de Beneficência Brasileira em 1868, cujos estatutos previam seu vínculo com o governo do país de origem. O Ministério dos Negócios Estrangeiros do Brasil teria solicitado um parecer ao Ministério dos Negócios do Império, que era então responsável pela aprovação de estatutos de entidades congêneres, mas esse, talvez percebendo as implicações de admissão de extraterritorialidade de uma aprovação dessas, expediu um Aviso em 17 de março de 1869, no qual afirmava que

deve ser a mesma sociedade organizada segundo as leis portuguesas e aprovadas por autoridades portuguesas, e que, embora uma das bases a faça depender dos governos português e brasileiro, nem por isso deixa de ser o competente para autorizar a incorporação de tais sociedades o governo do país onde têm elas seu domicílio.<sup>2</sup>

A pretensão dos brasileiros em Lisboa, frustrada pelo Ministério imperial, é a do vínculo legal com o Estado de origem, uma pretensão bastante freqüente entre as mutuais de imigrantes, e ousa afirmar que compõe a pretensão estamental nesse tipo de entidade. O vínculo legal com o Estado de origem facilitaria a obtenção do monopólio da associação dos imigrantes, o auferir de eventuais subvenções daí provenientes e o partilhar das informações e procedimentos de cidadania com a representação diplomática (quando não a possibilidade de indicar os ocupantes dessa representação). A pretensão de extraterritorialidade judicial (na verdade, só garantida por acordos internacionais aos quais, ao que me consta, o Estado brasileiro jamais se submeteu) teria efeitos mais nítidos no país de origem do que no território de destino, quando esse é o Brasil. Não obstante, eles aparecem em mutuais de imigrantes, também no Rio Grande do Sul, e apresento agora alguns casos.

Um deles é o da *Sociedad Española de Socorros Mutuos*, em Porto Alegre. Quando de sua criação, em 1893, foi adotada como idade mínima para ocupar cargos a maioria espanhola, isto é, 25 anos. Contudo, foi constatado que, depois de escolhida a Comissão de Festas da mutual

em 1908, parte dessa comissão, inclusive o que teria ganhado uma medalha de ouro, não atingira essa idade. A aparente naturalidade com que se modificou o estatuto para adequar à maioria brasileira (21 anos) deixa claro que o estatuto previa certo tipo de vínculo legal com o país de origem, mas que essa prescrição não fazia sentido no Brasil, e ela sequer foi violada: foi esquecida, mesmo. (VARGAS, 1979, p. 42).

O vínculo com o país de origem pode estreitar (ou não) os vínculos com a representação diplomática e, em muitos casos, esses personagens fundam e fomentam mútuais. Nesses casos, a prioridade tende a ser a do vínculo com o Estado de origem, não com a “nação”. Uma mutual de Porto Alegre tem dois nomes em dois momentos distintos: a Sociedade Austríaca, fundada em 1898 e a existente em 1939 era certamente a mesma *Österreich Ungarischerverein*, de 1912. (LIMA, 1912, p. 8). Outro caso envolve o contraste entre um inexistente Estado de Israel por quase dois milênios e o há pouco constituído Estado polonês, que parece ter levado os judeus poloneses de Porto Alegre ao esforço retórico para justificar, perante a comunidade étnica, a criação de uma entidade específica de poloneses em Porto Alegre, no ano de 1931. Independentemente de justificativas de ordem cultural, o convite ao cônsul polonês para a inauguração do *Poilscher Farband* (o diplomata compareceu e chegou a tomar a palavra) permite inferir expectativas de subvenção à entidade, algo claro quando um dos idealizadores da mutual justifica a combinação do caráter “cultural-nacional” quando da primeira reunião:

Não se trata de fundar um grupo separado, para se separar da coletividade [...], mas, ao contrário, com a organização dos nossos judeus poloneses, vamos criar um ambiente acolhedor, onde poderemos mostrar as atividades que trouxemos da Europa, que queremos reavivar em todos os sentidos, tanto cultural-nacional, como econômico. (EIZIRIK, 1984, p. 57-58).

Não se creia, contudo, que as mútuais de imigrantes emanassem necessariamente dos desejos pessoais ou institucionais da diplomacia dos países de origem. A mutual italiana de Quaraí, por exemplo, não pode ser interpretada dessa forma, porque prioriza dentre seus objetivos a constituição de uma agência consular na cidade, formalizando-se como grupo de pressão perante o Estado italiano. Aparentemente, não teve

êxito na consecução desse objetivo até pelo menos 1914. (IOTTI, 1996). Por outro lado, quando da guerra civil de 1923, o agente consular italiano em Caxias pedia moderação aos demais sócios da *Principe di Napoli* quando se mostravam insatisfeitos com as requisições de animais e pretendiam protestar perante as autoridades brasileiras. A separação entre cargo e pessoa aparece na resolução da diretoria:

1º, que o dr. Rômulo Carbone, como sócio, teria seu protesto deferido [sic] à Assembléia Geral; 2º, que, como Agente Consular, não era tomado em consideração, já que a Sociedade não estava sujeita a autoridade alguma; 3º, solidariedade completa ao Presidente. (GARDELIN, 1988, p. 124).

Esse último exemplo deixa claro que a dependência com relação à representação diplomática é variável ao sabor das circunstâncias e do próprio caráter da entidade. É provável que mutuais muito dependentes de subvenções provenientes dos países de origem para composição de suas receitas, tivessem menor autonomia de decisão. É difícil, contudo, mapear o grau de dependência desse tipo de receita, porque isso apareceria nas estatísticas na rubrica “donativos e legados”, pois costumavam ser, efetivamente, donativos dos escritórios diplomáticos. Mesmo correndo o risco de atribuir a uma relação das entidades com Estados o que não passava de atividade filantrópica de membros endinheirados do grupo étnico, a rubrica “donativos e legados” também traz, algumas vezes, valores que chegavam a compor quase a metade da receita anual, como no caso do Centro Espanhol, de Rio Grande, em 1922 e 1923, ou mesmo 93,02% da receita, como no caso da Sociedade Syrio Libanesa, de Bagé, em 1923. De todo modo, é possível somente supor a dependência econômica de certas mutuais, a menos que sejam consultados os livros internos.

Existe, no entanto, uma norma legal que interferiu indiretamente nas mutuais de imigrantes, com grande repercussão no Rio Grande do Sul: o Decreto-lei 383, de 18 de abril de 1938, que previa “nacionalizar” várias das associações existentes. O decreto, embora dirigido a associações de estrangeiros em geral – e sua eventual atividade política – revela paulatinamente um cerceamento progressivo das possibilidades de manter mecanismos de previdência. O art. 2º proíbe que entidades façam propaganda política de partidos de países estrangeiros, mesmo entre

compatriotas. A medida aparentemente não interferiria no sistema previdenciário, mas nas motivações de diferentes grupos, como fascistas, nazistas ou comunistas, para ingressarem nas mutuais. O art. 3º permite associação “para fins culturais, beneficentes ou de assistência”, mas proíbe a subvenção de governos estrangeiros, atentando contra uma das fontes de receita de algumas mutuais e esvaziando justificativas para a manutenção de fortes vínculos entre as entidades e a diplomacia. Mas é o art. 5º aquele que, de fato, “nacionalizará” as entidades, quando proíbe a associação de brasileiros “natos ou naturalizados, e ainda que filhos de estrangeiros”. A medida coloca as mutuais perante a opção: ou se mantêm como entidades “estrangeiras”, o que só seria possível em cidades com grande número de compatriotas não-naturalizados, porquanto não poderia haver subvenções; ou a entidade deixa de ser “estrangeira”, mantendo seu corpo social com os de fato estrangeiros, os naturalizados e os descendentes. Essa é certamente a medida que naturalizará as mutuais, exatamente devido à necessidade de associar os mais jovens para sustentarem os mais velhos.

No Rio Grande do Sul, o conhecimento da norma – e ainda mais no caso das entidades protagonizadas por grupos provenientes de países que viriam a entrar em guerra com o Brasil – fez com que algumas entidades suspendessem seu funcionamento e, mais tarde, deliberassem sobre o que fazer. A Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos, de Triunfo, vendeu seus bens para a Mitra Diocesana em Porto Alegre; a *Società Italiana di Mutuo Soccorso Iolanda Margheritta di Savoia*, em Passo Fundo, seguindo instruções da diplomacia italiana, deliberou em uma mesma assembléia extinguir-se e criar um Clube Caixeiral; em Antônio Prado, a Sociedade Vitor Emanuel III, possivelmente, deixou de se reunir até 29 de março de 1942, quando uma Assembléia Geral fê-la tornar-se “uma sociedade devidamente nacionalizada” com o nome Sociedade Pradense de Mútuco Socorro. (VARGAS, 1979, p. 384-385; D’AVILLA, 2001, p. 41-42; ESTATUTO da Sociedade Pradense de Mútuco Socorro, 1942). A julgar pelo relatório do presidente da Sociedade Portuguesa de Beneficência, em Pelotas, em 1938, a condição de “quase-nacionais” dos lusos (LOBO, 2001, p. 178) não foi suficiente para diminuir a ansiedade provocada por aquele decreto-lei. O antigo presidente já havia indicado seu sucessor, mas foi procurado por uma comissão de brasileiros e portugueses na sociedade para que se reelegesse ao cargo, possivelmente por ser naturalizado brasileiro. O efeito imediato do decreto-lei teria



sido o esforço em “dentro da lei, manter-se a nacionalidade [portuguesa] da Beneficência” e para isso buscaram obter diretrizes da Federação das Associações Portuguesas no Brasil, da Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência (no Rio de Janeiro) e da Embaixada de Portugal. Reuniões informais dos próceres da colônia, e reuniões formais da diretoria e do Conselho Deliberativo se manifestavam favoráveis à nacionalização, permitindo aos brasileiros o direito de serem votados para a diretoria, mas, quando o tema chegou finalmente à Assembléia Geral, em outubro de 1938, essa não fez mais que ratificar a deliberação definitiva do ministro da Justiça sobre a nacionalidade brasileira das associações.

Afora mudanças de nome, estatuto e diretorias, provocadas pelo Decreto-lei 383, a necessidade de associar brasileiros fez com que, aparentemente, algumas entidades aumentassem seus quadros de membros com mulheres, provavelmente as esposas brasileiras dos imigrantes. Quando comparado o percentual de sócias mulheres em 1937 com o de 1939, verifica-se que o índice se elevou em 17,4% na Sociedade Beneficente de Assistência Médica (*ex-Deutscher Krankenverein*), 281,7% na Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos, 115,5% na Sociedade Beneficente Vitor Emanuel II e 9,7% na Sociedade Portuguesa de Beneficência. Apenas decresceu na Sociedade Beneficente Alemã (*ex-Deutscher Hilfsverein*) e na Sociedade Beneficente Amparo Mútuo *Gemeinützinger Verein*, acusando um crescimento total de 15,27% na participação feminina em mutuais de imigrantes em Porto Alegre. (BRASIL, 1940, p. 207-208).

Também ocorreram ocupações de prédios de mutuais por efeito da lei de nacionalização de 1938 e da posterior declaração de guerra do Brasil ao Eixo. Um setor da Polícia estadual passou a ocupar a sede do *Gemeinützinger Verein*, no centro de Porto Alegre. Finda a guerra, e pelo fato de o local estar em boa localização, o governo cederia terreno e prédio para a construção do primeiro ginásio coberto da cidade, a cargo da Sociedade Ginástica, uma entidade de tradição germanista que, contudo, protagonizara a resistência local ao nazismo entre as associações de descendentes de alemães. A cedência do terreno para a Sociedade Ginástica foi apoiada por diferentes parcelas do Estado e sociedade civil (inclusive cronistas esportivos), mas os antigos sócios da nacionalizada Sociedade Amparo Mútuo (*ex-Gemeinützinger Verein*) entraram com um processo em 1946 para reaver seus bens. Por anos se arrastou o processo,

até que, em janeiro de 1960, foi finalmente firmado um acordo: a Sociedade Amparo Mútuo seria incorporada pela Sociedade Ginástica, desde que essa criasse um Departamento de Pecúlios com o nome da antiga entidade e concedesse aos sócios honorários e beneméritos os mesmos privilégios e honrarias na nova entidade.<sup>3</sup> Se esse é um caso bem documentado, é flagrante a ausência de estudos monográficos capazes de precisar a forma como a sede da Sociedade Italiana, de Santa Maria, ficou em mãos do Estado até 1998, ao passo que já em 1949 a sede da Sociedade, Italiana de Santa Vitória do Palmar, foi devolvida, enquanto os bens da mutual italiana, de Pelotas, não foram devolvidos pelo Estado italiano à sua sucessora, que nomeou advogado e intentou ação para reavê-los, como também teria ocorrido em Bagé. (ZANINI, 1999, p. 21; AZAMBUJA, 1978, p. 123; SANTOS, 2002, p. 26-28). De todo modo, não se pense que as sociedades de socorros mútuos de imigrantes foram as únicas espoliadas pelo Estado: embora a justificativa legal não tenha sido a da lei de nacionalização, mas a de segurança nacional, a sede da Liga Operária, de Pelotas, ainda hoje se encontra em mãos de um grupo escoteiro e de uma sociedade de benemerência.

A partir desses últimos casos de associações étnicas que movem ações na justiça brasileira contra o Estado italiano para reaver os bens, é possível incorporar um novo par de tensões para explicar a conduta de mutuais. As de imigrantes, particularmente, estariam no entrecruzamento de várias forças, que incluem os interesses espirituais do grupo dirigente (isso quando não há interesses materiais em utilizar o cargo na mutual para obter postos diplomáticos), os interesses materiais do associado comum, os limites legais interpostos pelo Estado brasileiro e as normas legais e administrativas dos Estados de origem. Essas tensões certamente se revelam quando disputas políticas nos países de origem opõem também grupos nas mutuais de imigrantes, mas o argumento assume maior relevância quando estão em jogo, também, interesses materiais. As fontes não deixam claras as variações das dotações orçamentárias do Estado italiano para subvenção às mutuais nos países de destino, mas estudos sobre entidades na Argentina que também mantinham escolas destacaram que as subvenções, pelo menos para esse serviço, estavam condicionadas a alguns fatores, que incluíam o fechamento da mutual a outros, que não os italianos, o ensino da língua e o direito de supervisão dos diplomatas. (DEVOTO, 1984, p. 329; SILBERSTEIN, 1985, p. 94). Não é possível negar que a opção por manter uma

mutual e uma escola com fechamentos étnicos ou nacionais possa estar também vinculada a “substratos culturais”, mas incorporar a variável econômica na interpretação do vínculo com o país de origem permite não se surpreender com a constante reiteração dos relatórios diplomáticos sobre a existência ou não de escolas e mutuais (IOTTI, 1996) e, por outro lado, com a suspensão ao mesmo tempo, em 1910, da escola e da restrição à associação de não-italianos pela mutual de Pelotas.

Em vista dessa relação tensa com a diplomacia dos países de origem, talvez fosse necessário tornar mais preciso o vocabulário utilizado: não há dúvidas de que o grupo dirigente da Unione [e] Filantropia de Pelotas era composto por italianos, mas supor que ela fosse uma mutual “italiana” não é adequado para explicar suas condutas e mesmo suas eventuais decisões de promoção da *italianidade*. De certo modo, se existem poucas diferenças entre as mutuais, é possível generalizar a afirmação para todos os grupos imigrados, pelo menos enquanto não se estudam com mais vagar os orçamentos estatais e os balanços das entidades.

## Notas

---

<sup>1</sup> ESTATUTO das Sociedades Italianas Reunidas União Filantropia e Circolo Garibaldi, 1902; ESTATUTO das Sociedades Italianas Reunidas “Unione Filantropia e Circolo Garibaldi”, em Pelotas, 1903. O autor agradece a Beatriz Ana Loner o acesso a esses documentos. Existe uma imprecisão nos cálculos apresentados, uma vez que se desconhecem outros hospitais e/ou enfermarias ao tempo dos estatutos compilados. Assim, baixaram os valores das mutuais étnicas porque foram excluídas as Sociedades Portuguesas de Beneficência que mantinham hospitais, com exceção da de Bagé, cujo estatuto incluído é de um período no qual ainda não havia construído o seu.

<sup>2</sup> RELATÓRIO apresentado à Assembléia Geral na Primeira Sessão da Décima Quarta Legislatura pelo Ministro e Secretário de Negócios de Estado do Império Paulino José Soares de Souza. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1869, Anexo F. Aparentemente, a entidade continuou existindo até pelo menos a década de 60, a julgar por publicação existente na Biblioteca Nacional do Brasil: SOCIEDADE DE BENEFICÊNCIA BRASILEIRA EM PORTUGAL, 1961.

<sup>3</sup> Cópia do processo se encontra em Administrativo/Dossiê Sociedade Amparo Mútuo (Memorial Sogipa). O autor agradece a Haike Roselane Kleber da Silva pela indicação e acesso a esse documento.

## Referências

- ADAMI, João Spadari. *Caxias do Sul*. Caxias do Sul: Tipografia do Abrigo de Menores São José, 1957.
- \_\_\_\_\_. *Caxias: a Pérola das Colônias*. [Caxias do Sul]: Typografia do O Momento, 1950.
- Anuário Estatístico do Estado do Rio Grande do Sul*. Organizado pela Repartição de Estatística. Ano de 1921. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1922.
- AZAMBUJA, Péricles. *História das terras e mares do Chuí*. Caxias do Sul: Educ; Porto Alegre: EST, 1978.
- BEITO, David T. *From Mutual Aid to the Welfare State: fraternal societies and social services, 1890-1967*. Chapel Hill: The University of North Carolina, 2000.
- BELÉM, J. *História do município de Santa Maria*. 1797-1933. Porto Alegre: Selbach, 1933.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sinopse Estatística do Município de Porto Alegre*. Comemorativa do Bicentenário de Porto Alegre. Porto Alegre: Globo, 1940.
- CAMOZATO, Benjamin C. (Org.). *Grande Álbum de Cachoeira no Centenário da Independência do Brasil*. Cachoeira: Oficinas Gráficas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1922.
- CEM Anos de Germanidade no Rio Grande do Sul – 1824-1924. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 1999.
- CINQUANTENARIO della colonizzazione italiana nello Stato del Rio Grande del Sud: 1875-1925*. Porto Alegre: Globo; Roma: Ministero Degli Affari Esteri, 1925.
- CONJUNTO Universitário Cândido Mendes. Centro de Memória Social Brasileira. *A assistência médica no Rio de Janeiro: uma contribuição para sua história no período de 1870-1945*. Rio de Janeiro, 1980. v. 2.
- D'ÁVILLA, Ney Eduardo Possapp. *Caixerial Campestre Tennis Clube, 1901-2001*. Passo Fundo: Imperial Artes Gráficas, 2001.
- DE BONI, Luis A. *Bento Gonçalves era assim: relatórios de autoridades italianas sobre os primórdios de Bento Gonçalves*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Correio Riograndense; Bento Gonçalves: FERI, 1985.
- DEVOTO, Fernando J. Las sociedades italianas de ayuda mutua en Buenos Aires y Santa Fe: ideas y problemas. *Studi Emigrazione*. Roma, anno XXI, n. 75, p. 320-342, set. 1984.
- EIZIRIK, Moysés. *Aspectos da vida judaica*. Caxias do Sul: Educ; Porto Alegre: EST, 1984.
- ESTATUTO da Sociedade Pradense de Mútuo Socorro. Fundada em 22 de novembro de 1911. Antônio Prado: Typ. Cesa, 1942.
- ESTATUTO das Sociedades Italianas Reunidas União Filantropia e Circolo Garibaldi. [Livro A-1, Fls. 1, n. 1, em 11 out. 1902].
- ESTATUTO das Sociedades Italianas Reunidas “Unione Filantropia e Circolo Garibaldi” em Pelotas. [Livro A-1, Fls. 2, n. 004, em 29 maio 1903].
- FEE – FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA: *População*. Disponível em: [http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg\\_popula-cao\\_tabela\\_03.php?letra=D](http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_popula-cao_tabela_03.php?letra=D). Acesso em: 10 maio 2004.
- FLORES, Elio Chaves. No rastro dos gringos: italianos na Bagé oitocentista. *Veritas*, Porto Alegre, v. 37, n. 145, p. 95-105, 1992.
- GARDELIN, Mario. *Imigração italiana no Rio Grande do Sul: fontes literárias*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1988.

- HOFFMANN, Stefan-Ludwig. Democracy and associations in the long nineteenth century: toward a transnational perspective. *The Journal of Modern History*, v. 75, p. 269-299, June 2003.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Departamento Estadual de Estatística. *Anuário Estatístico do Estado 1941*. Situação social. Porto Alegre: Of. Gráf. da Livraria do Globo, 1941. 3. v.
- INTENDÊNCIA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. *Estatística de 1923*. Rio Grande: Oficinas a Eletricidade do Rio Grande, 1925.
- IOTTI, Luiza Horn. *O olhar do poder: a imigração italiana no Rio Grande do Sul, de 1875 a 1914, através dos relatórios consulares*. Caxias do Sul: Educs, 1996.
- LIMA, Olympio de Azevedo. *Dados estatísticos e outros apontamentos sobre o município de Porto Alegre, Capital do Estado*. [s.l.]: [s.n.], [1912?].
- LINDEN, Marcel van der (Ed.). *Social security mutualism: the comparative history of Mutual Benefit Societies*. Bern: Lang, 1996.
- LINDEN, Marcel van der; LUCASSEN, Jan. *Prolegomena for a global labour history*. Amsterdam: International Institute of Social History, 1999. Disponível em: <http://www.iisg.nl/research/prolehtml.html>. Acesso em: 1º ago. 2000.
- LIVRO de atas das sessões da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense, 1867-1873. (Arquivos Particulares-AHRS, cod. 02, L 49v).
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001.
- LUCA, Tânia Regina de. *O sonho do futuro assegurado: o mutualismo em São Paulo*. São Paulo: Contexto, 1990. (Série República).
- OLIVEIRA, João Viterbo. Vacaria, ontem, hoje e perspectivas de futuro. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE VACARIA. *Raízes de Vacaria I*. VII Encontro dos Municípios Originários de Santo Antônio da Patrulha. Porto Alegre: EST, 1996.
- ORNELLAS, Manoelito de. *Tupanciretan*. 2. ed. Tupanciretã: Empresa Gráfica e Editora Mercúrio, 1996.
- Processo-crime (Júri). Porto Alegre. 5203.1, Maço 294, Estante 29, 1915.
- PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- RECENSEAMENTO do Brazil de 1872 – Rio Grande do Sul. [Volume separado s.n.t.]. *Relação de dados de qualidade de vida dos municípios do RS*. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pdgs/DDADOS.html>. Acesso em: 10 maio 2004.
- RELATÓRIO com que Francisco dos Santos Gesta, presidente da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense reempossado em sessão de 25 de abril de 1898 demonstra o estado da mesma, durante o ano compromissal findo, à Assembléia Geral de 25 de abril de 1899. Porto Alegre: Typographia da Agência Literária, 1899.
- RELATÓRIO da Sociedade Portuguesa de Beneficência na cidade do Rio Grande do Sul, 1895. Rio Grande: Typ. do Diário do Rio Grande, 1896.
- Requerimentos – Diversos – 1862, Maço 99 (AHRS).
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. *Anuário Estatístico do Estado do Rio Grande do Sul*. Organizado pela Repartição de Estatística. Ano de 1922. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, s/d.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. *Anuário Estatístico do Estado do Rio Grande do Sul*. Organizado pela Repartição de Estatística. Ano de 1923. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1924.

- SANTOS, Andréia Albuquerque dos. *A Sociedade Italiana Pelotense*. 2002. Monografia (Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em História) – UFPel, Pelotas, 2002.
- SHVARTS, Shifra; BROWN, Theodore M. Kupa Holim, Dr. Isaac Max Rubinow, and the American Zionist Medical Unit's Experiment to Establish Health Care Services in Palestine, 1918-1923. *Bulletin of the History of Medicine*. 72.1 (1998) Disponível em: [http://muse.jhu.edu/journals/bulletin\\_of\\_the\\_history\\_of\\_medicine/v072/72.1shvarts.html](http://muse.jhu.edu/journals/bulletin_of_the_history_of_medicine/v072/72.1shvarts.html). Acesso em: 12 maio 2000.
- SIDDELEY, Leslie. The rise and fall of Fraternal Insurance Organizations. *Humane Studies Review*. v. 7, n. 2, Spring 1992. Disponível em: <http://www.iso.gmu.edu/~ihs/s92essay.html>. Acesso em: 1º ago. 2000.
- SILBERSTEIN, Carina F. de. Mutualismo y educación en Rosario: las escuelas de la Unione e Benevolenza y de la Sociedad Garibaldi (1874-1911). *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, Buenos Aires, año 1, n. 1, dic., p. 77-97, 1985.
- SOARES, Mozart Pereira. *Santo Antônio da Palmeira*. [s. l.]: Bels, 1974.
- SOCIEDADE Comemorativa e Beneficente Giuseppe Mazzini. *Requerimentos – Diversos – 1888* (AHRS, maço 258).
- SOCIEDADE DE BENEFICÊNCIA BRASILEIRA EM PORTUGAL. *Algumas notas a propósito de seu 93º aniversário*. Lisboa: Serviço de Propaganda e Expansão Comercial, 1961.
- SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA. *Relatório relativo aos exercícios de 1º de julho de 1937 até 31 de dezembro de 1938*. Apresentado à assembléia geral pelo seu presidente Lino Saraiva d'Oliveira. Pelotas: A Universal, 1938.
- THOMÉ, Lauro Nelson Fornari. *A colônia Guaporé: passado e presente*. [s. l.]: Paulinas, [1967?].
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América: sentimentos e opiniões*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- TOMASSINI, Luigi. Il mutualismo in Italia. In: PROCACCI, Giovanna et al. *Assistenzialismo e politiche di controllo sociale in Italia liberale e fascista*. [Quaderno dei risultati del progetto nazionale di ricerca MURST 'Strutture sociali, politiche di controllo e welfare in Italia e in Europa 1880-1980'], Siena: luglio 2001.
- VARGAS, Iolanda Guimarães. *História da Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos de Porto Alegre*. 1979. Dissertação (Mestrado em História da Cultura) – PUCRS, Porto Alegre, 1979.
- ZANINI, Maria Catarina C. Ítalo-brasileiros: a revivificação da identidade étnica em Santa Maria-RS. *Travessia*, São Paulo, maio/ago. 1999.